

O nó da infra-estrutura

Istoé Dinheiro

O Brasil bate recordes de exportações, mas só atingirá a meta de US\$ 100 bilhões com mais portos, estradas e usinas hidrelétricas. Os números, nem sempre, revelam toda verdade. Em 2003, o Brasil registrou o maior superávit comercial de sua história, com um saldo positivo de US\$ 24 bilhões. A meta é fazer com que as exportações atinjam a cifra de US\$ 100 bilhões até o fim do mandato do atual governo, em 2006.

Será possível? Os empresários e industriais são unâimes. Dizem que sim, desde que haja um surto de **investimentos** – públicos ou privados – em novas estradas, usinas de energia, pontes, portos e aeroportos. “Para crescer de forma sustentada, o Brasil terá de solucionar os gargalos da infra-estrutura”, avalia Roger Agnelli, presidente da Companhia Vale do Rio Doce. E são gargalos cada vez mais visíveis. Basta lembrar do transtorno para escoar a soja brasileira pelo porto de Paranaguá, no Paraná. A fila de caminhões, de 100 quilômetros, chegava até a Curitiba.

Feito o diagnóstico, o problema começa na hora de arranjar recursos para os novos investimentos. No período desenvolvimentista, entre o começo dos anos 50 e o fim da década de 70, era mais simples. O Estado investia até 3% do PIB, por ano, em grandes projetos. Quando os recursos começaram a escassear, a saída foi lançar o modelo de concessões de serviços públicos, que predominou na década de 90.

E agora? As propostas da CNI podem ser divididas em dois grupos: um de natureza prática e outro institucional. No primeiro, a principal medida seria a Parceria Público Privada simplificada. Com ela, seriam criados mecanismos para viabilizar projetos até de pequeno porte. Os empresários fariam os investimentos e, em seguida, seriam resarcidos por prefeituras ou pelos governos estadual e federal. Lançado pelo ministro Guido Mantega, do Planejamento, o projeto da PPP, ainda em tramitação no Senado, tem a meta de atrair R\$ 36 bilhões em investimentos. As prioridades são a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a extensão da Ferronorte, que abririam novas fronteiras para a expansão agrícola do País.

Na linha institucional, a CNI propõe o aperfeiçoamento do marco regulatório. Isso significa a defesa de agências realmente independentes, nos setores de telecomunicações, energia e transportes, que não estejam sujeitas à pressão dos governos. “É importante que não haja superposição das atribuições das agências com os ministérios”, diz José Augusto Fernandes, diretor-executivo da CNI. O motivo é simples. Investimentos em infra-estrutura, em geral, levam 20 anos ou mais para gerar retorno. Por isso só são feitos em ambientes de regras estáveis.

Na área rodoviária, há situações distintas. Nas estradas que estão sendo administradas por concessionários privados, os investimentos foram feitos, a qualidade melhorou e os acidentes diminuíram. De acordo com dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, a receita com pedágios no Brasil atingiu R\$ 3,4 bilhões

no ano passado. Nas estradas públicas, o volume de investimentos foi o menor em 50 anos, de acordo com a Confederação Nacional dos Transportes.

O dilema maior, porém, está ainda na área de energia, que não superou de vez os traumas da crise do apagão, enfrentada em 2001. Após meses de debate, o governo lançou, no início deste ano, seu novo modelo para o setor elétrico. As principais características são a garantia de compra da energia por cinco anos, o que dá segurança ao investidor, e os leilões reversos. Neles, leva a concessão quem oferecer a menor tarifa. Apesar das desconfianças de parte do mercado, o governo apostou num novo surto de projetos privados. “Os investimentos vão voltar com toda força”, garante Silas Rondeau, presidente da Eletrobrás.



Por último, as telecomunicações, que eram consideradas um bem de luxo antes da privatização, são um bom exemplo de como o marco regulatório eficiente pode atrair investimentos privados, de empresas nacionais e internacionais. Hoje, já há praticamente 100 milhões de telefones fixos e celulares em operação no País. E esse sucesso está relacionado com a criação de um ambiente favorável aos investimentos. O caminho da conquista da confiança é o que vários países têm tentado seguir. “Meses atrás fui à China e vi que a única coisa vermelha que ainda existe por lá é o tapete que eles estendem para os empresários”, aponta José Augusto Fernandes, da CNI. Não é de estranhar que o gigante asiático esteja crescendo numa taxa de dois dígitos há quase vinte anos.



ESTRADAS

Só há investimentos nas rodovias privatizadas



HIDROELÉTRICAS

Empresas ainda pagam a conta da crise do apagão



FERROVIAS

Setor é a prioridade absoluta das PPP



PONTOS

Expansão forte do comércio exterior exige ampliações

A luz das pequenas hidrelétricas

Mais baratas e com menor impacto ambiental, mini usinas viraram moda. Mas sozinhas não resolvem o problema energético do País



Por Elaine cotta
Istoé Dinheiro – 19/07/2006

Você já ouviu falar em PCH? Então comece a se acostumar, pois essa sigla irá, cada vez mais, fazer parte do seu dia-a-dia. PCH quer dizer “pequena central hidrelétrica” e vem se transformando em uma das melhores alternativas para complementar a oferta do sistema energético brasileiro. Nos últimos anos, o número dessas usinas se multiplicou. Existem hoje 265 delas em operação, 39 em construção e outras 222 com autorização para operar e obras prestes a começar.

Elas se tornaram, ao lado do biodiesel, na maior aposta do programa de energias alternativas do governo e contam com o apoio do maior banco de fomento do País, o BNDES. Para se ter uma idéia, desde 2003, a instituição apoiou a construção de 32 usinas, financiando um total de R\$ 1,8 bilhão em **investimentos**.

Para 2006, o banco analisa ainda **21 projetos**, com **investimento** estimado em R\$ 1,26 bilhão. “Se somarmos a capacidade de geração de todos esses empreendimentos, eles equivalem ao de uma usina de grande porte”, avalia Nelson Siffert, chefe do Departamento de Energia Elétrica do **BNDES**.

De fato, as PCHs, como o próprio nome diz, têm porte muito inferior ao das hidrelétricas tradicionais. As PCHs são capazes de gerar, no máximo, 30MW de potência por ano, energia que não chega a ser suficiente para abastecer uma cidade com 100 mil habitantes. É justamente por isso que elas são mais baratas, levam menos tempo para serem construídas (em média metade do que se gasta com uma grande usina) e têm impacto ambiental menor, o que facilita a obtenção das complicadas autorizações emitidas pelo Ibama e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Mas essa vantagem competitiva acaba se transformando em desvantagem. A sua reduzida capacidade de geração não permite que a PCH se transforme em opção de abastecimento do mercado brasileiro, cuja oferta precisa ser acrescentada em média 4 mil MW por ano, o equivalente a 133 mini-usinas operando com potência máxima. “A PCH é importante, mas não é a saída para acabar com o risco de falta de energia no Brasil”, afirma Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica.

O ex-presidente da Eletrobrás, o físico Luiz Pinguelli Rosa concorda. Ele afirma que as pequenas centrais cumprem o seu papel de complementar a oferta, mas não substituem a necessidade de se construir grandes hidrelétricas. O Brasil, segundo Antonio Carlos Machado, presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, aproveita apenas 28% da sua capacidade hídrica. "Ainda faltam 72%", afirma. A França, por exemplo, já explora 100% e não tem mais para onde crescer. Mas o potencial brasileiro não tem sido aproveitado. Das 27 concessões de novas usinas hidrelétricas (que demoram de quatro a cinco anos para ficar prontas) autorizadas entre 2000 e 2001, nenhuma saiu do papel até agora barradas por problemas ambientais. O efeito disso, afirma Pinguelli, mostrou a cara no último leilão de energia realizado pela Aneel, classificado por ele como "um circo dos horrores". O motivo é que dos 18 empreendimentos novos licitados, sete eram projetos de PCHs e 11 de termelétricas.

Essas usinas térmicas, salvando as que funcionam à base de biodiesel, são muito mais poluentes. Além disso, para funcionar, dependem do gás de Evo Morales, da queima de petróleo ou do primitivo corte de árvores para produzir carvão. "Voltamos aos anos 1970", afirma Pinguelli. De acordo com a Aneel, operam até hoje no Brasil oito térmicas movidas a carvão, uma em construção e outras seis com autorização e obras prestes a começar. "Isso é um retrocesso", protesta o físico. Enquanto isso, grandes obras, como a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, tiveram até os seus estudos de viabilidade ambiental paralisados pela Justiça. Sozinha ela teria potência de 11 mil MW, quase uma Itaipu, ou o equivalente à energia que seria gerada por 366 pequenas centrais.